

RESENHAS

A PARTICIPAÇÃO DE MÃES NA PRÉ-ESCOLA: A MONITORIA DE MÃES EM QUESTÃO

Arlette D'Antola (coord.)

São Paulo, Pioneira, 1983 (Biblioteca Pioneira de
Ciências Sociais - série Cadernos de Educação,
124 pág.

Nos últimos anos, alguns segmentos da Universidade brasileira vêm se permitindo uma reflexão crítica sobre suas reais funções sociais. Neste sentido, inúmeros trabalhos científicos — seja a nível de pesquisa ou de prática — estão se voltando para o cotidiano dos diferentes aspectos de nossa realidade, questionando, mesmo, o conhecimento meramente intelectualista e conservador do saber-pelo-saber, tantas vezes imobilizador, por seu descompromisso social.

É diante desta perspectiva que se torna importante a publicação da presente obra.

Coordenado por Arlette D'Antola (Diretora Geral do Centro de Educação da P.U.C.S.P. e Professora de Pós-Graduação desta mesma Universidade), o livro reúne trabalho seu e de cinco Mestras pela P.U.C.S.P. nas áreas de Psicologia da Educação e Supervisão e Currículo, revelando e analisando — sob um enfoque fenomenológico — o Plano de Monitoria de Mães da Pré-Escola da Prefeitura Municipal de São Paulo em 10 EMEIs (Escolas Municipais de Educação Infantil).

Esta abordagem fenomenológica gerou-se da própria prática da equipe de pesquisadores através de discussões e reflexões a nível individual e grupal que permitiram o estabelecimento das suas hipóteses de trabalho, das etapas desenvolvidas, a formulação dos subprojetos de pesquisa, a metodologia e a análise dos resultados. Esta postura permitiu, ainda, o diálogo com o leitor em momentos de aprofundamento e de desafio como é o caso dos capítulos 9 e 10.

Conforme Maria Tereza Fumagalli (que prefacia o livro e participou da implantação da Monitoria de Mães na Rede de Ensino do Município de São Paulo) e Arlette D'Antola (no capítulo 2) a experiência da Monitoria de Mães iniciou-se em duas Escolas Municipais (em 1972/73), sendo posteriormente ampliada para outras 28 Escolas de 1º grau e, em seguida, em função dos seus resultados positivos, estendida a todas as Escolas de 1º grau da Rede de Ensino Municipal de São Paulo, através do PLANEDI (Plano de Educação Infantil). Neste esquema, eram atendidas em média, 120 crianças de 5 a 6 anos de idade, por uma professora auxiliada por 4 a 6 mães-monitoras que, em sistema de rodízio, atuavam obrigatoriamente 15 dias por ano. Na mesma época surgiu a Monitoria de Mães nas EMEIs (Escolas Municipais de E-

ducação Infantil) onde eram atendidas crianças de 3 a 6 anos, em classes de 50 crianças, uma professora e uma mãe-monitora, voluntária, que espontaneamente houvesse manifestado seu interesse e disponibilidade para o trabalho. Dado seu caráter mais participativo, mais educativo e menos emergencial em termos de atendimento, foram as EMEIs as escolhidas para o campo dos estudos apresentados na presente obra.

A questão da educação pré-escolar e suas relações com a comunidade e a família tem sido amplamente discutida nos diversos setores da sociedade, sendo alvo de interpretações pedagógicas, sociais, políticas e econômicas. Isto vem revelar a importância de seu estudo e a necessidade de suas conceituações serem revistas, principalmente nos países do terceiro mundo, nos quais a educação pré-primária ainda permanece sob a inspiração da chamada "educação compensatória", com ênfase no desenvolvimento cognitivo, visando — no plano explícito — ao preparo e ao ajustamento da criança (principalmente aquela das camadas de baixa renda) à escolarização formal a nível de 1º grau.

A este respeito, Arlette D'Antola (cap. 1) faz uma revisão histórica, comentada, sobre a educação pré-escolar ressaltando que os programas que visam ao desenvolvimento global da criança pré-escolar — e não apenas ao seu aspecto cognitivo — e que incluem a efetiva participação dos pais e da comunidade neste processo, ultrapassam o conceito de "educação compensatória" na medida em que permitem a interpenetração das culturas que influenciam a criança (a da escola e a do contexto social do aluno); viabiliza-se, assim, uma educação mais realista, mais propícia ao desenvolvimento integral da criança, com conseqüências transformadoras na comunidade.

A experiência da Monitoria de Mães nas EMEIs é analisada, nos seus aspectos específicos nos capítulos de 3 a 7. O Plano é comentado de forma global no cap. 8.

O treinamento desenvolvido a fim de preparar as mães-monitoras é tratado no capítulo 3 por Maria I.S. Barros. Embora a área de "treinamento de pessoal" não seja de fácil aproximação com a proposta teórica desta obra, a pesquisadora reporta-se a diversas conceituações de treinamento, discutindo-as, e define este procedimento sob uma perspectiva humanista, defendendo as estratégias utilizadas no caso da Monitoria de Mães ("sensibilização" e "em serviço"). Os exemplos e as descrições das situações facilitam, ao leitor, tanto o acompanhamento do processo quanto o entendimento da interpretação dos resultados obtidos.

No capítulo 4, M.J.P.F. Pinheiro Machado discute o papel do Diretor Escolar no desenvolvimento de uma experiência de monitoria de mães, analisando as questões que envolvem sua liderança, sua postura diante

de mudanças e procedimentos inovadores e sua própria visão de Educação, dentro de uma perspectiva humanista; e é nesta perspectiva que a autora deste capítulo, em seu decorrer, vai apontando caminhos para uma administração escolar cooperativa, integradora, verdadeiramente educacional e inovadora.

O capítulo 5, desenvolvido por M.L. de V. Parra é dedicado à avaliação do desempenho das mães-monitonas, tendo como parâmetro a consecução das metas e dos objetivos educacionais propostos pelo Plano de Monitoria de Mães. A autora comenta diferentes conceitos de "avaliação de desempenho", enfatizando como, no plano educacional, este problema está estreitamente relacionado à aprendizagem dos alunos e, no caso específico da monitoria de mães, relacionado também ao desempenho da professora. Da mesma forma que a questão do "treinamento" (cap. 3), também a "avaliação de desempenho" não é uma área de fácil abordagem humanista; contudo, o tratamento dado ao problema, à metodologia utilizada para a obtenção e a análise dos dados, permitiu a aproximação desta questão ao posicionamento teórico da obra.

O capítulo 6, escrito por M.I.S. Sales, traz a discussão da "interação mãe-monitona-professora-aluno". Pesquisas sobre interação têm merecido destaque nas ciências sociais dada a importância (e dificuldade) da operacionalização dos conceitos envolvidos e de sua metodologia de estudo. Neste sentido, a autora apresenta e comenta, no início do capítulo, alguns trabalhos. Os exemplos descritivos das sessões de observação de interação auxiliam o leitor a penetrar nas situações bem como oferecem alguma pista metodológica no campo de estudo das interações.

A questão da integração escola-comunidade — objetivando o crescimento e benefício mútuos entre adulto e criança, num processo educacional que se reflita na comunidade — é posta e discutida por E.L. Carrillo de Lucca no cap. 7 que trata da "influência familiar da monitoria de mães". Nesta discussão, a ênfase se dá à importância deste processo, ocorrendo nos primeiros anos de vida da criança.

A autora hipotetiza que a participação da mãe na vida escolar — conforme a experiência nas EMELs — poderia levá-la a "extrapolos os limites da escola e, por sua participação, modificar sua vivência consigo mesma e com os demais" (pág. 83). Para seu estudo, a pesquisadora utilizou-se de entrevistas e análise de documentação.

A presente obra, de interesse para todos aqueles preocupados com a Educação em nosso país, constitui oportuna contribuição ao estudo da pré-escola, ainda carente de pesquisas e avaliações sistemáticas e, mais especificamente, aos aspectos ligados a utilização de serviços de caráter não profissional, como é o caso das mães-monitonas, recurso cada vez mais preconizado pelos programas oficiais, nessa área.

Elisabeth Gelli Yazlle

CONTRA A CHIBATA — MARINHEIROS BRASILEIROS EM 1910

Marcos A. da Silva
São Paulo, Brasiliense, 1982 (Tudo é história, 43)

O problema do livro didático no Brasil parece insólito. Professores mal remunerados — e, portanto, sobrecarregados — acabaram arrastados pela institucionalização do livro descartável, definindo perigosamente o conteúdo de suas aulas a partir dos seus textos. Mercadoria por excelência num sistema onde tudo se transforma em mercadoria, se descartável, tanto melhor: garante a perpetuação do consumo. E o livro deixa de ser visto com aquele carinho que lhe garantia respeitosamente um lugar na estante. Vai engrossar o lixo da sociedade industrial.

Mas a polêmica livro descartável X livro tradicional é falso debate, ao menos no caso da História. O livro tradicional, com seu formalismo, frieza e pretensa objetividade, provocava tédio e afastamento dos estudantes, com sua História abstrata e burocrática. Não se pode afirmar, no entanto, que a História como disciplina escolar tornou-se concreta porque ela é agora apresentada "a cores" ou em quadrinhos e exercitada em forma de testes e palavras cruzadas. História é transformação e, portanto, processo/sucessão de situações contraditórias, nas quais, povos específicos e/ou a humanidade aparecem como resultantes ou como sujeitos. Essa visão não se obtém "estudando" um livro-texto, por melhor programação que o envolva, planejado a partir desta ou daquela teoria da aprendizagem. Não podemos esquecer ainda a seriedade do fato histórico. Fazer palavras cruzadas ou preencher testes pontilhados pode até ser divertido e ajudar a memorizar fragmentos que nada tem a ver com a verdadeira História. Mas para perceber a História como processo, o aluno, principalmente a partir do 2º grau — e já na 8ª série — precisa ter acesso a livros que complementam a visão sintetizada do seu manual escolar. E variados, de modo que ele possa perceber a riqueza dos fatos e de suas interpretações possíveis, além dos momentos históricos sobre os quais pouco ou nada se fala.

Dirão os realistas (leia-se pessimistas) que estou propondo o impossível. Afinal, nossas escolas de 2º grau — face à escassez de verbas — não têm condições para oferecer aos alunos tal variedade de livros que pudesse cobrir programas anuais.

Mostrarei, comentando um pequeno livro da Coleção "Tudo é História", da Brasiliense, que isto não só é possível — a partir de 05 ou 06 livros desse tipo — como oferece possibilidades infinitas ao Professor de História.

A Revolta da Chibata é momento histórico sobre o qual pouco se fala. E os motivos do silêncio são óbvios. Como pode uma Historiografia que pretende retratar um povo tão "pacífico", e ainda mais com uma classe dominante tão "bondosa", admitir que, ainda no século XX, utilizavam-se castigos físicos para opri-